



DIFERENÇAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE SEUS INDICADORES

Autor: Luana da Silva Dantas Fonseca
Instituição: IFRN Campus Santa Cruz RN
E-mail: daluasdf@gmail.com

Co autor 1: Lenina Lopes Soares Silva
Instituição: IFRN Campus Santa Cruz RN
E-mail: leninasilva@hotmail.com

Resumo:

A dualidade da educação brasileira se expressa quando observamos os indicadores de matrículas no ensino superior do Brasil. Essa cultura de segregação educacional para uns e elitização para outros remonta à colonização, passa pelos primeiro e segundo impérios e chega à República com seus períodos ditatorial, civil e militar, e também por governos eleitos pelo povo que usam a bandeira da educação em seus planos nas eleições e agem de outra forma ao assumirem o poder. O presente trabalho tem como objetivo expressar e refletir, de forma situada na história, sobre as diferenças regionais da educação superior no Brasil no século XXI, utilizando como referencia de análise os indicadores de matrículas das cinco regiões do país nesse ensino, no período de 2001 a 2015. Para isso foram utilizados como fonte de pesquisa indicadores apresentados em domínio público, assim como, dados e gráficos que expressam como essas diferenças se encontram e se de fato houve avanços e/ou retrocessos no período em estudo por meio da matematização desses indicadores. Trata-se de um estudo exploratório iniciado com estudos bibliográficos acerca de educação no Brasil, desenvolvido em um curso de Licenciatura em Matemática como atividade de iniciação científica. Este prossegue para estudos mais amplos articuladores de conteúdos específicos de matemática como proporção e estatística, bem como elaboração de questões para a aplicação na educação básica em uma perspectiva de prática interdisciplinar na formação docente. Por fim, consideramos que os indicadores desvelam que o Brasil chega ao século XXI apresentando diferenças regionais inimagináveis na educação superior e que essas são reveladoras dos projetos societários em disputa no país.

Palavras-chave: Educação Superior, Diferenças Regionais na Educação Superior; Indicadores da Educação Superior.

(DIFERENÇAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE SEUS INDICADORES)
(Políticas de Educação Superior)

INTRODUÇÃO

A educação brasileira é dividida em dois níveis: educação básica e o ensino superior. Ainda segundo a LDB, uma das finalidades desse nível é II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; (LDB 9394/96), entretanto, tal desenvolvimento da sociedade brasileira não ocorre plenamente devido as diferenças regionais existentes em nosso país. Essas diferenças se iniciam na educação básica e se prolongam até o ensino superior como veremos em nossa pesquisa.

1 O BRASIL DA COLÔNIA À PRIMEIRA REPÚBLICA

A característica elitista da educação brasileira surgiu com a mudança do sistema colonial para a capitalista criada pela burguesia mercantil, com isso, os jesuítas substituíram seus “alunos” indígenas pelos filhos dos proprietários agrários. A nova elite do Brasil surgiu após o fim das capitânicas hereditárias e criação do governo geral, após 1550, o novo objetivo dos Jesuítas era tornar essa elite culta. (LINS, RIBEIRO, PEREIRA apud FERREIRA 2008).

Com a vinda da corte Portuguesa, após 1808, surgiu a preocupação com a capacitação daqueles que serviriam a nova sede do reino, por esse motivo (LINS, RIBEIRO, PEREIRA apud FREIRE 2008) afirma, os cursos oferecidos nas instituições católicas, eram de nível médio, superior e militar com caráter profissionalizante e não universitário. Muito embora D. Pedro I tenha outorgado em 1824 a 1ª carta constitucional do Brasil, e que inspirava o ideal de um sistema nacional de educação do primário à universidade, tais ambições segundo (LINS, RIBEIRO, PEREIRA apud FREIRE 1993) foram realizadas apenas legalmente. De todos os projetos disposto na carta, apenas aquele que se referiam a criação de cursos jurídicos (os bacharéis) e a que regulamentava as “escolas de primeiras letras” foram concretizadas.

O ideal de um sistema educacional integral foi modificado já que os investimentos foram feitos apenas nos extremos da educação. Este investimento errôneo reforçou o conceito elitista atribuído ao acesso ao ensino superior uma vez que a grande maioria da população que era pobre, não investira na educação de seus filhos. Segundo o site SÒ história, Para melhor ocupar sua colônia, o governo português resolveu dividi-la em grandes faixas de terra, que foram chamadas de capitânicas. A partir de 1821, as capitânicas

**(DIFERENÇAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE SEUS INDICADORES)
(Políticas de Educação Superior)**

passaram a se chamar províncias e, em 1889, estados, nome que conservam até os dias atuais.

Tendo sido por isso as primeiras capitânicas a ser criadas: Maranhão, Ceará, Rio Grande, Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Rio Branco, Entre outras. As mais populosas e que, naturalmente, abrigavam a elite, receberam as primeiras instituições de ensino superior sendo elas São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Salvador, Rio de Janeiro. As explorações de pedras deu origem a Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e estas posteriormente receberam cursos. Assim nasceu a diferença regional na educação superior brasileira como mostrado na Figura 1 a seguir:

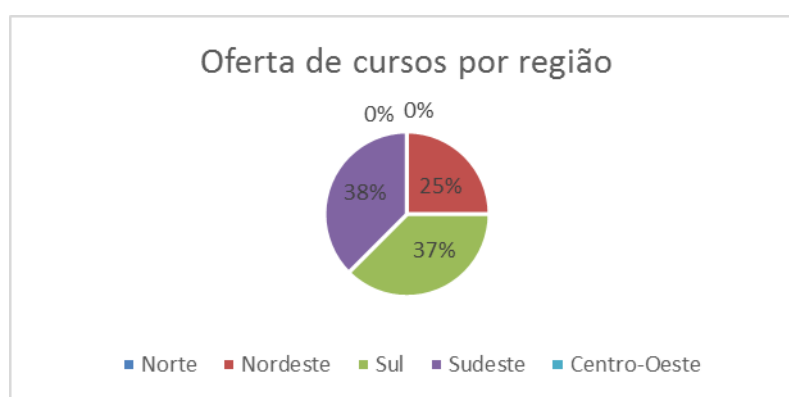


Figura 1: Oferta de cursos de Educação superior Fonte: Autores

Como mostra o gráfico 1, do total dos cursos oferecidos no Brasil até então, a diferença entre as regiões era maior no Norte e Centro-Oeste que não possuíam curso de educação superior. Segundo (LINS, RIBEIRO, PEREIRA apud FREIRE 1993) dos 10 estados que compõem o Nordeste apenas dois ofereciam cursos de ensino superior eram eles: O curso jurídico em Olinda, curso de matemática em Pernambuco, e o curso militar em Fortaleza. Dos três estados que compõem o Sul do Brasil, o Rio Grande do Sul oferecia o curso militar.

No sudeste dos quatro estados que a compõem apenas a escola de Minas Gerais dispunha de especialização em mineralogia, geologia e minas. A escola politécnica do Rio de Janeiro com especialização em engenharia civil, minas e artes mecânicas, além dos cursos da marinha também no Rio e do curso jurídico em São Paulo.

Dessa maneira os cursos superiores segundo (LINS, RIBEIRO, PEREIRA apud Junior 2008, pág. 29) estavam espalhados pelas províncias, não havendo uma política que as integrasse ao governo central, o que gerava uma imensa alteração de qualidade dos cursos ofertados quando comparadas entre elas. Além desse contraste na qualidade do curso, haviam ainda as nomeações diretas para as vagas nestes cursos, (LINS, RIBEIRO,

(DIFERENÇAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE SEUS INDICADORES)
(Políticas de Educação Superior)

PEREIRA apud MOROSINI 2005) “[...] se não houvesse candidatos ao cargo ou se o concurso fosse anulado, o governo poderia fazer nomeação, por exemplo, para o curso o curso de direito [...]”. Isso porque cada instituição tinha seus próprios critérios de admissão nos cursos sendo, uma delas os exames também conhecidos como vestibulares.

Sobre a educação nesse período (LINS, RIBEIRO, PEREIRA apud FREIRE 1993) afirma que, durante o império o ensino superior não representava lucratividade para a nação e que esta servia unicamente para conferir prestígios aos burocratas do estado logo, não havia interesse em manter um ensino elementar de qualidade para a população, pois, se alguém que não pertencesse à elite não necessitava de continuidade em sua formação intelectual.

Apenas os cursos de especialização na escola de Minas em 1875 em mineralogia, geologia e minas, o curso de especialização em engenharia civil, minas e artes mecânicas do Rio de Janeiro em 1874 e o curso de matemática no Pernambuco em 1889, visaram romper com a continuidade da educação puramente intelectual instaurada desde o período colonial, primando pelo ensino profissional e científico que supririam as necessidades do processo de industrialização que o país estava prestes a viver.

2 O FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Com a modernização o Brasil foi invadido pelo ideal fascista de autossuficiência do estado e também da educação, foi nesse período que houve o embate entre os defensores da educação católica e os que defendiam o modelo Francês. Segundo (DURHAM 2003 pág.197), a igreja católica reivindicava o direito de organização da educação superior no país com investimentos públicos para criar a primeira universidade, entretanto, encontrou a resistência dos intelectuais liberais que defendiam uma educação laica e pública.

Embora as escolas confessionais oferecessem bolsas de estudo, era privado o que gerava uma atmosfera de rixa entre a igreja e os liberais. Ainda segundo (DURHAM 2003 pág.197) A reforma educacional ocorrida no governo Vargas, estabeleceu a Universidade como detentora do direito de ofertar o ensino superior sem extinguir as instituições privadas desde que, estas seguissem a legislação comum. O ensino superior era oferecido então pelas escolas autônomas, e pelas escolas confederadas, as universidades.

As instituições confederadas criadas nesse período foram: A universidade Nacional e a Federal no Rio de Janeiro, e a Universidade de São Paulo. Muitas outras instituições foram criadas nesse modelo de união de escolas privadas já existente, segundo (DURHAM 2003 pág.201 apud SAMPAIO) ” no período Vargas foram criadas apenas 3 universidades,

**(DIFERENÇAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE SEUS INDICADORES)
(Políticas de Educação Superior)**

duas públicas e uma católica (a do Rio de Janeiro fundada em 1944), no período seguinte entre 1946 e 1960, foram estabelecidas outras 18 públicas e 10 privadas. ”

Ainda sobre as universidades (DURHAM 2003 pág.200) enfatiza que a maioria delas era criada por interesse política e não pelas ideias de educação de qualidade para todos. Essa escassez de cursos e vagas para os estudantes que prestavam vestibulares coincidiu com outras importantes mudanças no cenário nacional, no período que vai de 1950 até 1980, nosso país vivenciou o êxodo rural, e o aumento da pobreza visível, além da instauração do regime militar.

“Entre 1964 e 1973, enquanto o ensino primário cresceu 70,3%; o ginásial, 332%; o colegial, 391%; o ensino superior foi muito além, tendo crescido no mesmo período 744,7%”. [...] “entre 1968 e 1976, o número de instituições públicas de ensino superior passou de 129 para 222, enquanto as instituições privadas saltaram de 243 para 663”. Esse aumento da participação privada escreve o autor, “foi possível pelo incentivo governamental, assumido deliberadamente como política educacional”. (UNICAMP 2014 apud SAVIANI)

A tabela a seguir mostra a evolução das instituições de ensino superior no nosso país, no período que abrange o início da ditadura militar em 1964 e o seu fim em 1985, assim como boa parte do governo FHC.

Evolução do número de instituições públicas e privadas de ensino superior no Brasil, 1970-2000

Ano	Universidade		Faculdades integradas*		Estabelecimentos isolados		Centros universitários		Total
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	
1970	32	15	-	-	139	463	-	-	639
1975	37	20	-	-	178	625	-	-	860
1980	45	20	1	10	154	643	-	-	882
1985	48	20	1	58	184	548	-	-	859
1990	55	49	-	74	167	582	-	-	918
1995	68	59	3	84	147	490	-	-	851
2000	71	85	2	88	132	782	1	49	901

Fonte: Censo e Simares Estatísticas do Ensino Superior, MEC.
*A inclusão das faculdades integradas nas estatísticas se inicia em 1980.

Figura 2: Evolução das IES Públicas
Fonte: MEC

A figura 2 e 3 mostra o crescimento das instituições privadas e seguir a quantidade de matrículas por região. Essa diferença segundo (DURHAM PÁG.211) se deve ao desenvolvimento de cada região, ele afirma: ”Nas regiões mais pobres, como Norte e Nordeste, o investimento privado foi pequeno e o atendimento a demanda continuou dependendo do ensino público, especialmente das universidades federais.”.

**(DIFERENÇAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE SEUS INDICADORES)
(Políticas de Educação Superior)**

Matrículas por região geográfica, 1986–2000

Região geográfica	1986	1996	2000	Total
Norte	2,6	4,1	115,058	4,3
Nordeste	16,7	15,0	413,709	15,3
Sudeste	55,6	55,0	1,398,039	51,9
Sul	19,3	18,7	542,435	20,1
Centro-Oeste	5,7	7,2	225,004	8,3
Total	100,0	100,0	100,0	2.694.245

Figura 3 – Matrículas por região
Fonte: DURHAM, 2003 PÁG. 211

3 O FIM DO SÉCULO XX

Nos anos 90, final do séc. XX vivemos sob a regência do presidente Fernando Henrique Cardoso que esteve à frente da nação de 1995 á 2002. Uma das principais características do governo FHC segundo (CUNHA 2003 pág. 38) é que a educação tinha um papel importante para a economia, no qual o progresso da país se daria por meio do progresso científico e tecnológico. Esses avanços se dariam de maneira reversa, qualificando a população no nível mais elevado do ensino, o superior, elevando o capital conhecimento do país assim como o desenvolvimento científico. O retorno desses investimentos seria aplicado na educação básica;

A política para o ensino superior deveria promover uma “revolução administrativa”: o objetivo seria a administração mais racional dos recursos e a utilização da capacidade ociosa, visando a generalizar os cursos noturnos e aumentar as matrículas, sem despesas adicionais. Para isso, as universidades deveriam ter uma “efetiva autonomia”, mas que condicionasse o montante de verbas que viessem a receber à avaliação de desempenho. Nessa avaliação, seriam levados em conta, especialmente, o número de estudantes efetivamente formados, as pesquisas realizadas e os serviços prestados. A racionalização dos gastos e o aumento da produtividade deveriam se refletir em aumentos salariais de professores e de funcionários. (CUNHA 2003 pág. 39)

Essa postura assumida nos 8 anos do governo FHC foi uma continuidade do que ocorreu no período da ditadura, dando continuidade ao fenômeno de crescimento das instituições privadas no Brasil, e as instituições públicas que continuavam a lidar com o contingenciamento de gastos não apresentaram crescimento;

As faculdades [...]92% delas privadas, são a maioria das instituições [...] os centros universitários (a maior parte deles oriunda de federações de

**(DIFERENÇAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE SEUS INDICADORES)
(Políticas de Educação Superior)**

faculdades) recebem cerca de um décimo das matrículas, quase todas no setor privado. Já os centros de educação tecnológica se situam praticamente todos no setor público e representam uma parcela diminuta na oferta de ensino superior. Das 156 universidades, a maioria é privada. [...] As universidades públicas ficaram estacionadas no mesmo período. Mas o dinamismo do setor privado expressou-se, igualmente, na categoria centros universitários, que não existiam em 1995 e já eram 66 em 2001, dos quais apenas dois públicos. As universidades públicas não constituem um segmento homogêneo. São 39 as universidades federais, dotadas todas de idêntica carreira docente. (CUNHA 2003 pág. 55)

A figura a seguir mostra o crescimento das instituições privadas, assim como o número de alunos na graduação, e o tipo de instituição existente no nosso País em 2001, segundo (CUNHA 2003 pág.54).

INSTITUIÇÕES/ ESTUDANTES	TOTAL	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS
Instituições			
Universidades	156	71	85
Centros Universitários	66	2	64
Federações	99	2	97
Faculdades Isoladas	1.036	82	954
Centr. Educ. Tecnol.	34	26	8
TOTAL	1.391	183	1.208
Estudantes (mil)			
Universidades	1.956,5	816,9	1.139,6
Centros Universitários	338,3	5,8	332,5
Federações	166,2	5,1	161,1
Faculdades Isoladas	538,3	80,6	457,7
Centr. Educ. Tecnol.	31,5	30,8	0,7
TOTAL	3.030,8	939,2	2.091,6

Fontes: MEC/INEP, Censo Escolar, Ensino Superior, 2001.

Figura 4 – Instituições existentes no País em 2001.
Fonte: CUNHA 2003. PÁG. 54

É perceptível que, embora tenhamos saído da ditadura militar, houve uma perpetuação da dualidade da educação, ora se não há investimento maciços na educação básica dificilmente esses alunos estarão aptos a permanecer no ensino superior.

O desenvolvimento de uma região está diretamente ligado aos investimentos locais. O incentivo à educação, principalmente superior, leva ao local de implantação um crescimento acelerado. [...] Ao mesmo tempo, os egressos do ensino médio sem opções de educação superior em sua região tendem a migrar, muitas vezes em caráter definitivo, para locais onde a oferta é mais ampla e diversificada. A região abandonada perde a oportunidade de fixar profissionais altamente qualificados e os estudantes sem condições financeiras de migrar para regiões mais propícias perdem a oportunidade de se qualificar. (SESU 2013 pág. 20)

**(DIFERENÇAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE SEUS INDICADORES)
(Políticas de Educação Superior)**

Se levarmos em consideração que Norte e Nordeste não recebem investimento na educação superior por não possuírem desenvolvimento econômico, e que o desenvolvimento de qualquer região depende de seu capital conhecimento, não é difícil entender a lógica que rege as diferenças regionais em nosso país. Na figura 5 de acordo com (MONTEIRO 2008) é evidenciada as diferenças regionais no mapa da pobreza em nosso país, de acordo com a pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios o PNAD de 1999.

Proporção (%) de pessoas pobres*. Brasil: 1999.

Região	Área		
	Urbana	Rural	Total
Norte	35,4	38,1**	36,2
Nordeste	42,9	59,7	48,8
Sudeste	14,9	34,3	17,0
Sul	15,7	28,4	18,3
Centro-Oeste	20,0	34,0	22,3
Brasil	23,1	46,1	27,8

* Pessoas com renda familiar inferior às linhas de pobreza regionais estabelecidas pelo "Projeto Fome Zero".

** Inclui apenas o Estado de Tocantins.

Fonte: Instituto Cidadania 2001.

Figura 5 proporção de pessoas pobres no País em 2001

Fonte: MONTEIRO 2008

A análise desta figura deixa clara a necessidade de investimento em educação na Região Norte e Nordeste, para melhorar o IDEB e a vida de seus habitantes. É perceptível também que, nesse período, a meta de desenvolvimento científico tecnológico e econômico por meio da formação em massa de universitários não foi alcançada no governo FHC, já que como mostra a figura 5, a maior parte das instituições de ensino superior era paga e inacessível a grande massa popular, os pobres. Ainda sobre o desenvolvimento tecnológico do país.

Este dependeu da importação de capital financeiro e de tecnologia embutida em equipamentos e em processos licenciados. A redução das despesas das universidades federais, por outro lado, só foi alcançada mediante a compressão dos salários e dos orçamentos, assim como pela não reposição dos quadros perdidos. A "efetiva autonomia", que seria base da "revolução administrativa", não foi realizada, embora tivesse sido tentada. (CUNHA 2003 pág.57)

4 SÉCULO XXI

Em 2003, segundo ano do século 21, o Brasil vivenciou uma mudança de poder com isso, ocorreram a mudanças de alguns objetivos. Um dos objetivos do novo governo foi à democratização do ensino superior através da expansão e interiorização, embora esse objetivo se assemelhe a dos governos anteriores, foram efetivadas mudanças na estrutura do MEC e seus dependentes. Segundo o (SESu 2014 pág.17) por meio do decreto 6.320/2007, houve um redimensionamento dos setores responsáveis pela educação superior, realocando diretorias e atribuindo-lhes novas responsabilidades, intensificando as responsabilidades da Secretaria de Educação superior (SESu).

**(DIFERENÇAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE SEUS INDICADORES)
(Políticas de Educação Superior)**

O ano de 2011 foi marcado por novas modificações significativas nas necessidades da política de educação superior. O incremento das matrículas no setor privado que se verificava a época, resultado das políticas de democratização e acesso à educação superior, demandou uma intensa e específica atividade de regulamentação e supervisão, a qual extravasava tanto as finalidades da SESu quanto a capacidade de sua força de trabalho. Assim, optou-se por desmembrar a Secretaria em duas - de Regulação e Supervisão da Educação Superior, especializada nas atividades de regulação e supervisão das instituições de ensino superior, e a SESu, que manteve suas demais atribuições, com foco nas universidades públicas. (SESu 2014 pág.17)

Neste ano também foi criada a EBSEH, uma empresa pública vinculada ao ministério da educação que transforma hospitais comuns em centros universitários. Essas instituições atendem a população gratuitamente e por oferecer residência aos seus alunos estes adquirem uma formação adequada e mais completa. Além disso, a presença das EBSEH nas cidades do interior evita a migração de alunos para outros estados ou municípios, e por lançarem editais e processos seletivos, ainda geram empregos. “Assim, a interiorização da oferta de educação superior é essencial para combater o desequilíbrio no desenvolvimento regional que garantira o desenvolvimento regional”. (SESu 2014 pág. 20)

Nos gráficos a seguir, trataremos do crescimento das matrículas presenciais assim como a distância que mostraram os investimentos no ensino superior nas regiões historicamente menos desenvolvidas e que, conseqüentemente, dispunham de menos cursos.

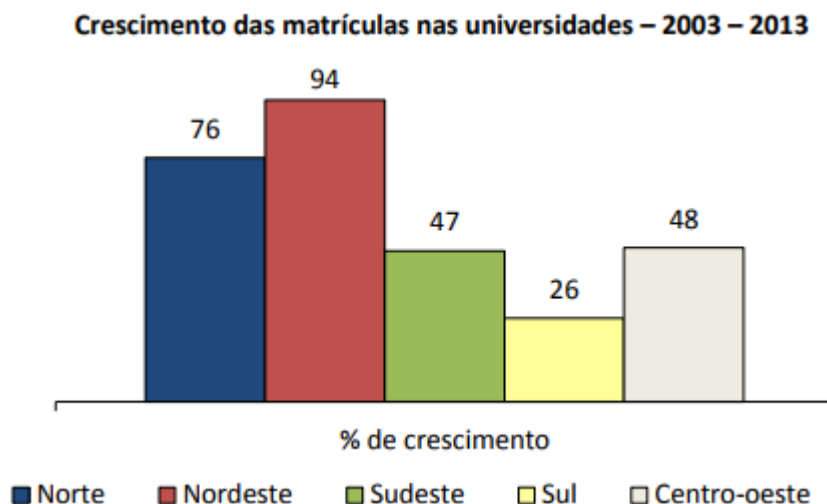
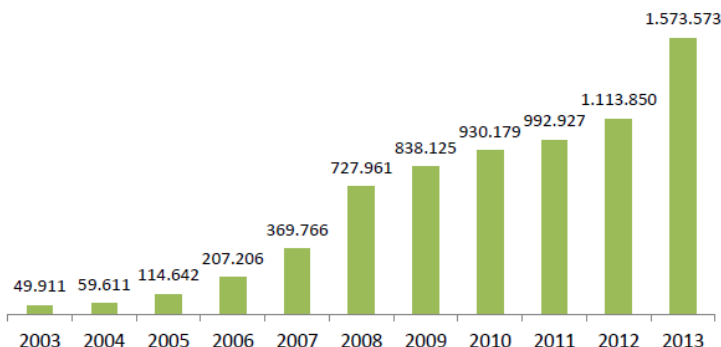


Figura 5 – Crescimento das matrículas.
Fonte: SESu 2014, pág. 20

**(DIFERENÇAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE SEUS INDICADORES)
(Políticas de Educação Superior)**

Gráfico II - Matrículas na graduação a distância, em termos absolutos



Fonte: Censo da Educação Superior- Inep/Mec

Figura 6 – Crescimento das matrículas EAD
Fonte: SESu 2014, pág. 22

É claramente perceptível o crescimento nas matrículas nas regiões Norte e Nordeste representada na figura 6, e esse fato se dá pelos programas implantados nesse período dentre eles:

O acesso à educação privada por meio da oferta de bolsas a parcela dos estudantes de baixa renda. Outra possibilidade é o financiamento parcial ou total dos estudos, por meio de empréstimos com longo prazo para restituição dos valores e juros módicos. [...] pode-se citar programas como o Fies e o Prouni. O primeiro ganhou novo fôlego após reestruturação completa em 2010, e o segundo, criado em 2004, tornou-se um dos programas de maior sucesso do Ministério da Educação. (SESu 2014 pág.23)

Além disso, no período de 2003 a 2013 segundo (SESu 2014 pág.) A lei de cotas, o as bolsas de permanência no ensino superior, como PIBID e PIBIC, o aumento da contratação de professores com mestrado e doutorado, criação e incentivo as EBSEH além da construção de diversos campus pelo Brasil especialmente Nordeste e Sul como mostra afigura a seguir.

Expansão da educação superior nas universidades federais – por região

REGIÃO	IFES			CÂMPUS		
	2002	2014	% de crescimento	2002	2014	% de crescimento
NORTE	8	10	25%	24	56	133%
NORDESTE	12	18	50%	30	90	200%
SUL	6	11	83%	29	63	117%
SUDESTE	15	19	27%	46	81	76%
CENTRO-OESTE	4	5	25%	19	31	63%

Fonte: SIMEC/MEC

Figura 6 – Crescimento das matrículas EAD
Fonte: SESu 2014, pág. 34

Outra importante ferramenta utilizada alcançar a interiorização foram o cursos á distancia, EAD, com aulas semipresenciais onde alunos comparece a instituição uma ou

(DIFERENÇAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE SEUS INDICADORES)
(Políticas de Educação Superior)

duas vezes por semana e adaptam sua rotina de estudo. O acesso a esse tipo de modalidade de ensino se dá por meio do ENEM e posteriormente PROUNI. O diploma é igual à de qualquer curso presencial e possui validade em todo território nacional desde que, o curso e a instituição por ela oferecidos sejam reconhecidos pelo MEC. Além da ampliar as fronteiras históricas da educação superior outra importante medida foi o incentivo a contratação e formação de doutores e mestres para integrar a rede pública.

Em 2003 os doutores representavam 39,5% dos docentes da educação superior da rede pública – instituições federais, estaduais e municipais. Já em 2013, este percentual passou para 53,2%. Por sua vez, os mestres representam 29,6% do quadro de 25 professores. Já os especialistas, ou seja, profissionais portadores de certificado de pós-graduação lato sensu, decresceram de 33,3% em 2003 para 17,2% em 2013. (SESu pág.24)

Todos os avanços observados sinalizam para uma educação superior mais justa e uma formação igualitária, se tais avanços e investimento persistirem o sonho de um Brasil de todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo é perceptível às diferenças regionais no Brasil devido à forma de colonização que nos foi imposta, iniciando pela costa brasileira, e pela valorização das regiões que detinham maior desenvolvimento econômico, ou elite, as diferenças regionais no país se agravavam e refletiram na educação. É inegável que essa tendência elitista, principalmente no que se refere a formação no ensino superior, apesar de estar nas metas e discursos de muitos governos, não foi de fato voltada a população, entretanto, a principal diferença entre o século XXI dos que o antecederam, é a ampliação e normatização dos centros universitários e campus inseridos no interior do Brasil, incentivo a programas de inserção e permanência dos alunos universitários, valorização da carreira e incentivo a formação de mestre e doutores entre outros. Esses importantes fatos serviram para atenuar as diferenças existentes, mas, ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que a educação básica seja igualitária e de qualidade e programas como cotas não sejam necessários.

6 REFERÊNCIAS

CAPELATO, Rodrigo; MORELLI, Kellen Cristina; PURCHIO, Ana. Mapa do Ensino Superior no Brasil, Semesp. 2015.

DURHAM, Eunice R. Educação superior, pública e privada, 2003.

MEC, Balanço social SESu 2003 – 2014. A democratização e expansão da educação superior no país, 2014.

**(DIFERENÇAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE SEUS INDICADORES)
(Políticas de Educação Superior)**

MELO, André Lins; SANTOS, Elisangela de Jesus Ribeiro dos ; ANDRADE, Gercília Pereira de . Ensino superior no Brasil: do Elitismo Colonial ao Autoritarismo Militar, Macapá-AP.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. Scielo, vol.17 no.48, São Paulo, 2003.

ORSI, Carlos. Reforma educacional da ditadura eliminou exigência de gasto mínimo com educação. Unicamp. 2014

SÒHISTORIA, Formação do território brasileiro, www.grupovirtuous.com.br. acesso em 11 de julho.